

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006436-84.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Exequente: **Aldenizade Oliveira**
 Executado: **Cpfl Companhia Paulista de Força e Luz**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Aldeniza de Oliveira propôs a presente ação contra a ré CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz, alegando que, por conta de dificuldades financeiras, deixou de efetuar o pagamento das contas de energia elétrica e que, quando a ré lhe apresentou o débito, o valor lhe pareceu exorbitante. Informa que, diante do inadimplemento, o fornecimento de energia elétrica à sua residência foi suspenso, o que pretende ver restabelecido por meio da presente ação, com o recálculo do débito e seu parcelamento em até R\$ 50.00 mensais.

A antecipação dos efeitos da tutela foi indeferida a folhas 22.

A ré, em contestação de folhas 31/49, alega que a autora praticou fraude em medidor, em diversas oportunidades, tendo sido lavrados 03 TOI's (Termo de Ocorrência e Inspeção). Afirma que a primeira irregularidade data de 14/10/2013, e consistiu no travamento do disco com objeto que impedia a real marcação do consumo. Expõe que as fraudes apuradas geraram um débito de irregularidade que não foi inadimplido e que, além destes débitos, a autora também possui dívida relativa a 31 faturas elétricas de consumo regular. Que durante o trâmite desta ação procurou a autora para tratativas de acordo, porém sem êxito. Diz que as constatações de irregularidades compreenderam os seguintes períodos: março de 2013 a outubro de 2013 (TOI 712917924); julho de 2014 a julho de 2014 (TOI 715265647) e julho de 2014 a maio de 2015 (TOI 717914505). Finalizando, afirmam que a cobrança é lícita, bem como a suspensão do fornecimento de energia no contexto dos autos. Ao final, requer seja julgada improcedente a presente ação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Réplica de folhas 109/116.

É o relatório.

DECIDO.

Passo ao julgamento imediato dos autos, pois a matéria é unicamente de direito, sendo impertinente a dilação probatória (artigo 330, I, do Código de Processo Civil), orientando-me pelos documentos que instruem os autos.

Trata-se de ação que visa o restabelecimento do fornecimento de energia, bem como o parcelamento do débito em parcelas de R\$ 50,00 mensais.

Não pode passar sem observação que do termo de constatação de irregularidade de nº 712917924, assinado pela autora, constou que o medidor estava com disco travado, impedindo que a energia consumida estivesse sendo corretamente registrada e faturada em suas contas mensais e nos de números 715265647 e 717914505 constou religação sem medidor de energia, fato impeditivo da emissão das contas de consumo mensal (**confira folhas 13, 14 e 15**).

Em outras palavras, do termo assinado pela autora constou a ocorrência do "gato".

Logo, a conclusão que se impõe é a de que desde outubro de 2013 a autora tem ciência da irregularidade.

Não obstante os termos regularmente lavrados pela ré, o medidor do qual decorrem as irregularidades foi enviado para o Laboratório de Metrologia Elétrica de Rio Claro-SP para ser periciado e, por conseguinte, foi emitido um Laudo de Avaliação Técnica que dá conta das condições nas quais o medidor estava sendo utilizado (**confira**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

folhas 80). Fotos do medidor também acompanham os autos (**confira folhas 22/26**), bem como os Detalhes de Cálculo de Consumo Irregular (**confira folhas 76**).

Instada pela ré a quitar os débitos, negociou-o com a ré por duas vezes, em 11 parcelas, diante das quais permaneceu inadimplente (todas) até a presente data. Isso sem dúvida denota a falta de interesse por parte da autora de saldar o que deve. (**confira folhas 13/14**).

Portanto, a conclusão que se impõe é a de que o consumo medido pela ré nos períodos irregulares que somam 31 meses é real e devido, não colhendo êxito, por conseguinte, as alegações da autora de que os valores são exorbitantes.

Com relação ao fornecimento de energia elétrica, este deve ser restabelecido. O entendimento jurisprudencial de nossa Corte é uniforme no sentido de que não poderá haver cortes de energia/suspensão justificados na inadimplência de contas pretéritas.

Nada impede que a autora efetue o pagamento do valor que deve em parcelas de R\$ 50,00, se a ré assim o aceitar, eis que esta não se manifestou a respeito em sede de contestação. Do contrário, poderá ser feito nos moldes do quanto já oferecido à autora (11 parcelas), eis que se afigura justo e razoável.

Nesse sentido:

0007104-80.2011.8.26.0156 - Apelação / Espécies de Relator(a): Sandra Galhardo Esteves - Comarca: Cruzeiro - Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 17/09/2015 - Data de registro: 17/09/2015 - Ementa: Prestação de serviços (energia elétrica). Ação cominatória (não-fazer) c.c. declaratória de inexigibilidade de débito c.c. reparação de danos. Irregularidade no relógio medidor. Apuração de consumo menor do que o real. Degrau de consumo evidente. Licitude da cobrança da diferença de consumo. O relógio medidor apresentou irregularidade. O registrador apresentou deslocamento e travamento das engrenagens. De acordo com a prova carreada aos autos, a irregularidade na medição teve início em novembro de 2008, quando é possível perceber evidente de grau de consumo. Assim, constatada de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

forma hialina a irregularidade, não há óbice a que a ré cobre a diferença de consumo no período de medição irregular. Critério de apuração das diferenças de consumo. O critério adotado pela ré (média dos três maiores consumos no período anterior à irregularidade – 568 Kw/mês) é até mais benéfico ao autor, pois ela estava autorizada, segundo a alínea "b" do inc. IV do art. 72 da Resolução nº 456/2000 da ANEEL, a calcular a diferença de consumo adotando como paradigma o consumo registrado no período de março de 2008 a abril de 2008, que foi de 653 Kw/mês. Custo administrativo. Ausência de prova do dano material. Cobrança afastada. O custo administrativo, espécie de indenização, pode ser cobrado, por cuidar-se de dano material, mas necessita ser efetivamente demonstrado. Porém, a ré não se desincumbiu desse ônus, devendo ser excluído do débito o montante a ele correspondente. Pedido cominatório (não-fazer). Impossibilidade de interrupção do serviço por conta de débitos pretéritos. **Há muito pacificou-se o entendimento de que é ilegítimo o corte no fornecimento de energia elétrica por débito pretérito, que não poderá ocorrer em razão da dívida aludida nestes autos.** Apelação provida em parte.

Isto posto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de compelir a ré a restabelecer o fornecimento de energia elétrica no imóvel da autora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 até o limite de R\$ 5.000,00, antecipando os efeitos da tutela. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas e despesas processuais. Oportunamente, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

São Carlos, 15 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**